



Governo impõe o desemprego e subemprego para *milhares* de professores, direção do sindicato colabora abertamente com o governo ao não organizar a luta.

Defendemos assembleia com urgência!

 Ao longo do ano de 2024 o governo fechou mais 400 salas de aulas, principalmente no período noturno em várias unidades escolares, mexeu na grade curricular diminuindo as disciplinas e ampliando suas perfumarias, intituladas de "itinerários formativos" e projetos.

No início do ano passado, tivemos uma massa de desempregados que ultrapassou os 40 mil, esse ano a situação pode ser pior, com as mudanças impostas por Tarcísio/ Feder. Com uma enxurrada de novas resoluções e decretos, o governo tem promovido um intenso ataque ao magistério paulista. É redução das verbas, é privatização da gestão das escolas, é terceirização, é o novo ensino médio, entre outros. Todos esses elementos são parte da política mais geral da ampliação do sucateamento dos serviços públicos promovido pelo governo, a educação é um dos setores mais atingidos.

As resoluções de atribuições têm dado plenos poderes aos diretores para que escolham a dedo os professores contratados. Com a falácia subjetiva de "perfil", as atribuições dos professores contratados são cheias de irregularidades. Desde o ano passado, quando o governo se utilizou da nota do concurso, para criar a lista de classificação, vários professores foram prejudicados, sobretudo, aqueles com mais tempo de trabalho. Esse ano esse ataque

tende a continuar, porém, agora o governo se armou colocando vários elementos para compor a nota que define a lista de classificação. A experiência, ou seja, o tempo de serviço, conta apenas como 10% da composição dessa nota.

A atribuição no formato virtual, garante o completo controle do governo, através dos supervisores e diretores que impõe uma política de clientelismo na contratação. Defendemos que as atribuições sejam presenciais, assim todos podem acompanhar o processo, impedindo os "favorecimentos" pautados em relações pessoais. Defendemos que todos tenham o acesso ao emprego, como forma de garantia das condições de vida. Por isso, defendemos a escala móvel das horas de trabalho, que seria a divisão de todas as horas a todos os aptos ao trabalho e a efetivação sem concurso público, única medida para combater o desemprego e subemprego.

Apesar da atribuição da sala de leitura já ter ocorrido em algumas Diretorias de Ensino, tal procedimento foge à regra, todos os anos o governo enrola para atribuí-las bem como as aulas destinadas aos professores responsáveis pelos equipamentos de tecnologias, os chamados PROATEC. O governo visa sua economia, gerando transtorno nas escolas que iniciam o ano com falta de funcionários. Gera uma intensa agonia nos professores, que desempregados, ficam a esperar

a boa vontade do governo. Que todas essas aulas que o governo intitula projetos da pasta, sejam atribuídas no início do ano.

Outro elemento que contribui com o desemprego, é um dispositivo da resolução de atribuição de aulas que impede a abertura de contrato com menos de 19 aulas. Para ter a quantidade de aulas atribuídas, professores com contrato ativo são obrigados assumirem mais de três escolas para trabalhar, observando que muitos durante a semana lecionam em vários municípios para complementar a carga horária. Quem está na condição de candidato a contratação fica impossibilitado de ter menos de 19 aulas atribuídas. A política aplicada resulta em escolas com várias salas sem professores, desemprego aos professores e prejuízo ao ensino para os estudantes. Que sejam atribuídas a quantidade de aulas que o professor pode assumir.

Feder e Tarcísio para maquiar o desemprego aplicado a categoria publicou resolução em 15/01/25 para unidades escolares do programa ensino integral (PEI). O projeto denominado de apoio ao protagonismo estudantil será de 10 (dez) horas semanais, e pode assumir aulas deste projeto: titular de cargo que se encontre na condição de adido ou ocupante de função-atividade, que se encontre em horas de permanência, readaptados e categoria O. Esta **continua** →

resolução deixa claro que não tem aulas para atribuir e cria projeto para impedir a organização da categoria.

Sobretudo, essa resolução se trata de mais uma medida autoritária, que visa obrigar os professores que estão adidos ou em permanência(F) assumir aulas/projetos nas escolas PEI. Está claro que uma parcela significativa da categoria rejeita as PEIs, não havendo adesão suficiente e ficando parte das aulas/projetos sem professores. O que o governo pretende com essa resolução é arrastar uma parcela para as escolas PEIs, seja por meio de imposição direta aos efetivos que ficarem adidos e aos F que tem estabilidade ou por uma espécie de chantagem aos professores categoria Ó - ou vai para escola PEI ou fica desempregado. Sabemos que as PEIs, levou ao fechamento de turnos e salas, o que significa que além de ser uma das responsáveis pela redução de aulas aos professores, também é responsável pela exclusão de estudantes, principalmente do ensino médio com os fechamentos no noturno, pois precisam conciliar trabalho e estudo. Além do que, é de conhecimento dos professores e funcionários que nas PEIs a relação de trabalho é sustentada por assédio devido a ausência de liberdade de cátedra. Portanto, defendemos o fim das escolas PEI, que amplia o desemprego e precariza as condições de ensino para os estudantes.

É necessário ainda acrescentar neste cálculo de aulas uma quantidade de professores aptos ao trabalho os ingressantes que ainda aguardam suas posses, sejam por estarem presos nas intermináveis perícias onde o governo impõe uma gama de exames comprobatórios caríssimos para que este professor, que muitas vezes já estava inserido no sistema educacional estadual, possa então assumir o "tão sonhado cargo" ou por questões inconclusas nas diretorias de ensino indicadas. Os relatos de excessos cometidos por parte dos peritos do DPME são incontáveis, bem como o número de professores que não conseguiram efetivar sua posse devido aos mais diversos empecilhos que precisam ultrapassar para comprovar sua aptidão para o desempenho das

funções trabalhistas competentes ao cargo, que na maioria das vezes já exercem como professores contratados. A lista de professores que aguardam a finalização dos processos periciais é gigantesca e se soma a dos desempregados que aguardam a possibilidade de iniciar o ano trabalhando. Se ingressarem, após superarem o estresse e constrangimento imposto nas perícias, os ingressantes professores terão que lidar com as novas regras vigentes para o estágio probatório bem como a instabilidade da nova carreira. Os ataques estão colocados para todos: ingressantes, contratados e demais categorias que ainda possuem uma certa estabilidade como é o caso dos professores categoria F e dos efetivos que não migraram para a nova carreira.

Além dos inúmeros ataques ao emprego e as condições de trabalho, vamos começar o ano letivo nas próximas semanas amargando uma defasagem salarial com mais de 32%, segundo dados do DIEESE. O governo federal ajustou o piso nacional em míseros 6,27%, diferente do ano passado, que o valor não cobriu a inflação (3,65 com inflação de 3,68%). Para 2025 existe uma estimativa de inflação que será de 4,5 a 5%. Como podemos perceber, estamos longe do ganho real. O reajuste deveria incidir sobre o salário de janeiro, que já foi pago e sem esse valor. Todo ano o governo estadual enrola para pagar esse reajuste, o tem dado em forma de abono salarial, para que o aumento não recaia sobre os quinquênios e evoluções de uma parcela dos professores. As terríveis condições de trabalho, com todo tipo de opressão por parte dos diretores, prédios sem quaisquer infraestruturas, sem climatização na maioria das escolas, poucos funcionários, salas lotadas, etc. Construir a lutas para responder a esses problemas é fundamental.

Como podemos ver os ataques são intensos, é urgente a necessidade de organizar os professores para darem uma resposta coletiva a cada um desses problemas. Por isso defendemos o chamado de uma assembleia ainda para esse mês. Essa proposta vai no sentido de canalizar o descontentamento dos

professores que ficarão sem aulas, junto aos que ficarão subempregados com poucas aulas. Para lutar contra o governo, vamos ter que unificar todos os professores, contratados e efetivos. Somente com um calendário consequente, pautado nos métodos da luta de classes com as assembleias sem manobras da burocracia, para aprovar um verdadeiro plano de lutas. Esse plano nada tem a ver com a política de pressão jurídico parlamentar imposto pela direção do sindicato nos últimos anos. É essa política que tem enfraquecido a capacidade de lutas dos professores e, consequentemente, tem fortalecido o governo em seus ataques.

A direção do sindicato convocou a falaciosa Plenária Intercongressual, o encontro que ocorreu nos dias 13 e 14 de dezembro, cumpriu a tarefa de fortalecer a frente ampla e a defesa do governo burguês de Lula/Alckmin. Esse governo que tem atacado os trabalhadores com sua política de arcabouço fiscal, tem retirado as verbas dos setores sociais para garantir o parasitismo da impagável dívida pública. Atuamos nessa Plenária denunciando o seu caráter distacionista e eleitoreiro, apontando para a necessidade da assembleia para a primeira quinzena de janeiro. Os burocratas que se negam a colocar a categoria em movimento, aprovou uma assembleia para o final de março. A direção submete a luta aos ataques do governo, joga a assembleia para mais longe, na intenção de diminuir a pressão sobre si e sobre o governo.

Contra o desemprego, em defesa da efetivação e estabilidade a todos sem concurso público e a aplicação da escala móvel de trabalho!

Em defesa de atribuições presenciais, contra a atribuição on-line!

Contra o método de conciliação de preção jurídico/parlamentar!

Organizar a categoria para lutar, assembleia já!